

Área:**Ciências Humanas****Projeto:**

História indígena em livros didáticos

Autores:

Fernando Gaudereto Lamas (orientador)

Gabriel Braga (Programa PROBIC Júnior/FAPEMIG/UFJF – 2014)

Natasha Mayrink (Programa PROBIC Júnior/FAPEMIG/UFJF – 2014)

Resumo:

Durante muito tempo os indígenas foram percebidos como alvo prioritário de antropólogos e etnógrafos, pois eram povos sem História, isto é, povos que por não possuírem escrita não haviam criado registro histórico. Essa perspectiva foi reforçada posteriormente com a constatação da diminuição do número de indígenas brasileiros e com sua possível “integração” à sociedade “civilizada”. Essa forma de entender os povos indígenas brasileiros sofreu profundas modificações a partir do final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990. Insere-se nesse contexto, além dos trabalhos acadêmicos, a promulgação de uma lei (11.645/08) que, impulsionada pelos movimentos sociais (negro e indigenista) tornou obrigatório o ensino de história e da cultura afro-brasileira e indígena.

Nossa pesquisa procurou analisar um dos possíveis impactos da promulgação da Lei 11.645/08, a saber: as mudanças ocorridas – ou não – nos livros didáticos de História. Para atingirmos nosso intento realizamos um levantamento em coleções didáticas, anteriores e posteriores à promulgação da referida Lei. Analisamos quatro coleções de Ensino Fundamental (anteriores) e duas de Ensino Médio (posteriores). Ficou patente que, mesmo antes da obrigatoriedade do ensino de história indígena, aspectos referentes à organização política, alimentação, trabalho, moradia, entre outras, especialmente quando se referia ao período anterior à chegada dos europeus foram levados em consideração nos volumes dedicados ao 7º Ano, quando esse conteúdo (conquista e colonização) é tratado. A forma como eles são mostrados reforça a idéia de diferença em relação ao europeu, sempre levando em consideração a descrição e análise a partir do olhar europeu. Nos demais volumes, os indígenas não aparecem ou são vagamente citados (Cabanagem), no volume do 8º ano de Figueira e Vargas, ou no volume do 8º ano de Cotrim que trata do tema referindo-se apenas à quantidade de indígenas que restaram na época da independência. As coleções do Ensino Médio não apresentaram nada de diferente, tratando os indígenas de maneira mais aprofundada somente nos capítulos dedicados à conquista e colonização, tal como antes da Lei 11.645/08. Verificou-se, portanto, que a promulgação de uma lei, por mais importante que esta seja pouco ou nada modifica a realidade. Mais importante do que a promulgação de uma lei é uma reformulação curricular que realmente valorize a história indígena, aproximando a realidade escolar da realidade social brasileira.